
Belo Monte
Transmissora de
Energia SPE S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

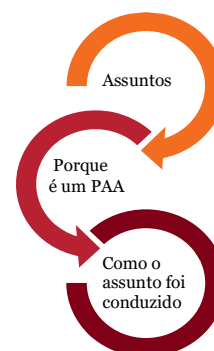
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do ativo de contrato da linha de transmissão (Notas 5.8 e 11)

O ativo de contrato da linha de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da Diretoria sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação da margem de lucro esperada em relação às obrigações de performance e a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da diretoria sobre a mensuração do valor presente com base no fluxo de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir de melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Atualizamos o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão da linha de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura do contrato de concessão e aditivo e discutimos com a diretoria os principais aspectos, dentre eles os componentes variáveis do preço do contrato.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida (RAP) nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Diretoria são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Guilherme Naves Valle
Signed By: GUILHERME NAVES VALLE-54199158634
CPF: 54199158634
Signing Time: 27 de fevereiro de 2023 | 17:02 BRT

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Ativo			Passivo		
Caixa e equivalentes de caixa	7	64.825.957	Fornecedores		3.565.278
Títulos e valores mobiliários	8	177.154.123	Salários e encargos sociais	9.646.500	8.411.449
Concessionárias e permissonárias	10	78.357.308	Impostos a recolher	11.110.625	6.565.202
Impostos a recuperar	9	9.895.511	Empréstimos e financiamentos	7.358.637	356.759.408
Ativo contratual	11	781.639.880	Encargos setoriais	362.121.119	10.861.337
Despesas antecipadas		156.517	Debêntures	14.361.519	82.527.645
Almoxarifado		7.321.675	Dividendos a pagar	96.337.401	77.477.506
Outras		17.149.473		85.505.285	
			Total do passivo circulante	586.441.087	546.167.825
Total do ativo circulante		1.136.500.444			
		1.073.113.415	Empréstimos e financiamentos	13	1.940.061.585
			Debêntures	14	606.056.032
			Provisão para contingências	15	8.398.898
			Impostos diferidos	17	1.586.005.022
			Total do passivo não circulante	4.140.521.538	4.098.558.420
Ativo contratual	11	7.513.877.207	Total do passivo	4.726.962.624	4.644.726.245
Depósitos vinculados	8	153.780.718			
Depósitos judiciais		9.747.660	Patrimônio líquido		
Imobilizado		5.563.579	Capital social	18	3.011.000.000
Intangível		978.949	Reserva legal		75.211.609
Total do ativo não circulante		7.683.948.113	Reserva de retenção de lucros		1.007.274.323
			Total do patrimônio líquido	4.093.485.932	3.867.174.752
Total do ativo		8.820.448.557	Total do passivo e patrimônio líquido	8.820.448.557	8.511.900.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**
Para os exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais)

		31/12/2022	31/12/2021
	Nota		
Receita operacional líquida	19	<u>954.984.920</u>	<u>896.974.497</u>
Custo de operação	20	(127.543.579)	(82.718.669)
Lucro bruto		<u>827.441.341</u>	<u>814.255.828</u>
Despesas gerais e administrativas	21	(18.031.919)	(15.660.276)
Resultado operacional		<u>809.409.422</u>	<u>798.595.552</u>
Receitas financeiras		40.058.388	15.999.577
Despesas financeiras		(333.521.162)	(324.402.774)
Resultado financeiro	22	<u>(293.462.774)</u>	<u>(308.403.198)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>515.946.647</u>	<u>490.192.355</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(9.166.142)	(12.998.555)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(146.758.254)</u>	<u>(150.972.722)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>360.022.251</u>	<u>326.221.078</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE****Para os exercícios findos em 31 de dezembro*****(Em reais)***

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	360.022.251	326.221.078
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>360.022.251</u>	<u>326.221.078</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Para os exercícios findos em 31 de dezembro***(Em reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.011.000.000	40.899.442	562.063.254		3.613.962.696
Reserva Sudam	-	-	4.468.484	-	4.468.484
Reserva Legal	-	16.311.054	-	(16.311.054)	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(77.477.506)	(77.477.506)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	326.221.078	326.221.078
Dividendos adicionais propostos	-	-	232.432.518	(232.432.518)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.011.000.000	57.210.496	798.964.256		3.867.174.752
Reserva Sudam	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	1.794.213	-	1.794.213
Dividendos mínimos obrigatórios	-	18.001.113	-	(18.001.113)	
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(85.505.285)	(85.505.285)
Lucro líquido do exercício	-	-	(50.000.000)	360.022.251	(50.000.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	256.515.854	(256.515.854)	360.022.251
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.011.000.000	75.211.609	1.007.274.323		4.093.485.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA Para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<u>360.022.251</u>	<u>326.221.078</u>
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.481.624	805.950
Remuneração sobre o ativo contratual	(981.596.344)	(927.215.946)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.595.782	148.074
Baixa de estoque	14.868.936	-
Baixa de imobilizado	126.607	-
Juros BNDES/CEF e debêntures e amortização dos custos	331.481.391	322.739.676
Provisão para contingências	61.002	778.662
Provisão para IR e CS	21.983.282	-
Impostos diferidos	171.749.920	175.791.635
Outros	1.537.890	367.118
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(5.789.030)	(2.760.578)
Adiantamentos	-	(3.668.149)
Outros ativos	(10.041.896)	(152.364)
Despesas antecipadas	2.059.198	(1.948.650)
Concessionárias e permissionárias	(12.606.589)	(2.888.524)
Ativo contratual	712.111.390	659.598.594
Almoxarifado	(2.539.225)	(3.332.154)
Depósitos judiciais	5.644	(72.204)
Fornecedores	6.337.545	(1.181.506)
Salários e encargos	2.699.176	119.217
Obrigações fiscais	793.435	15.282.521
Encargos setoriais	3.500.183	(137.694)
Impostos diferido	694.082	48.681
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>623.536.256</u>	<u>558.543.437</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.917.180)	(11.718.666)
Pagamento juros debêntures	(52.212.173)	(49.297.702)
Pagamento juros empréstimos	(214.148.505)	(198.054.740)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	<u>335.258.398</u>	<u>299.472.329</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	8.699.050	(58.295.954)
Aquisição de ativo imobilizado / intangível	(1.576.533)	(319.307)
Depósitos vinculados	(16.672.539)	(12.179.225)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(9.550.021)</u>	<u>(70.794.486)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.815.000	1.992.974
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(144.402.796)	(141.409.415)
Pagamento de debêntures	(33.903.338)	(21.465.744)
Pagamento de dividendos	(127.477.506)	(69.891.029)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(303.968.639)</u>	<u>(230.773.214)</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.739.738</u>	<u>(2.095.371)</u>

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

No início do exercício	43.086.219	45.181.590
No fim do exercício	<u>64.825.957</u>	<u>43.086.219</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.739.738</u>	<u>(2.095.371)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (“Sociedade” ou “BMTE”) sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 801 - 9º Andar - Centro - RJ e foi constituída em 20 de março de 2014. A Sociedade foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”) com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 011/2013 (“Leilão”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2023.

1.1 Da concessão

A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) (“Projeto”).

O Projeto previa a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (“UAT”) de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais.

A Resolução Autorizativa nº 6.262 de 28 de março de 2017 autorizou a Sociedade a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade, revogando a Resolução Autorizativa nº 5.948, de 12 de julho de 2016, que transferia a titularidade do reforço de barramento da Subestação (“SE”) de Xingu à Sociedade e encontrava-se suspensa por medida judicial.

A Resolução Autorizativa nº 6.006 de 23 de agosto de 2016 que transfere a titularidade da SE Estreito à Sociedade encontra-se aprovada. Em 29 de setembro de 2016, foi recebido pela Sociedade, o mandado de segurança nº 1007433-96.2016.4.01.3400, o qual requeria a suspensão da Resolução Autorizativa nº 6.006, cuja liminar para suspensão não foi deferida, visto que o juízo aguardava ouvir ao Ministério Público federal (“MPF”).

Em 20 setembro de 2016 o juízo decidiu por postergar a análise do pedido liminar para depois da apresentação das informações e do parecer do MPF, sendo assim, até a apresentação dessas demonstrações financeiras a titularidade da SE Estreito permanece à Sociedade.

O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018.

O Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão. Com a entrada em operação comercial, a Sociedade recebeu a sua primeira RAP em dezembro de 2017.

A Receita Anual Permitida (“RAP”) estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038. Em 21 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 12.177, estabeleceu em R\$ 760.583.714,74 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2022 a junho de 2023.

Despacho ANEEL 4.036, de 17 de dezembro de 2021, estabeleceu a implantação de um transformador 500/13,8kV, dedicado à alimentação dos serviços auxiliares da EC Estreito como Reforço. Determinou-se o início da operação comercial 18 meses a partir do Ofício Circular 009/2021-SCT/ANEEL, de 24 de dezembro de 2021, o qual notifica a publicação do Despacho ANEEL supracitado no DOU. Confirmado que o orçamento do Banco de Preços da ANEEL cobre o valor Global do Investimento correspondente, todos os contratos foram assinados com os fornecedores de bens e serviços em abril/maio/22. Projetos executivos e fabricação de equipamentos se encontram em curso e com previsão para fevereiro/23, enquanto a entrada em operação do transformador está prevista para junho de 2023. A previsão de receita é para o ciclo da RAP 2023/2024.

1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

A Sociedade, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar, a partir de 2 de outubro de 2014, no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às autoridades governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 7 de outubro de 2014.

1.3 Sudam

O incentivo fiscal consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-restituíveis devidos calculados sobre o lucro da exploração. A Sociedade obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de 10 anos, iniciado no ano-calendário 2018 conforme Laudo Constitutivo nº 97/2018 de 10 de setembro de 2018.

1.4 Questões ambientais

A viabilidade ambiental do projeto foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA,”), por meio da Licença Prévia nº 506/2015, de 20 de maio de 2015. Em 05 de outubro de 2015, por meio da Licença de Instalação nº 1080/2015, foi autorizado à Sociedade implantar as estações conversoras e canteiros principais. A licença de instalação para a linha de transmissão e canteiros auxiliares, foi liberada em janeiro de 2016 pelo IBAMA. Em 17 de novembro de 2016, por meio da Licença de Instalação nº 1136/2016, foi autorizado à Sociedade implantar as linhas de eletrodo nas subestações. Em 04 de dezembro de 2017, por meio da Licença de Operação nº 1414/2017, foi autorizado à Sociedade entrada em operação. A Sociedade monitora o atendimento de todas as condicionantes do licenciamento, mantendo assim, perante o órgão licenciador e demais intervenientes, a conformidade legal do empreendimento.

1.5 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Sociedade definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

A Sociedade não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras ou incertezas significativas.

1.6 Riscos climáticos

Em se tratando riscos climáticos, podemos citar eventos naturais extremos, como ventos muito intensos, tempestades, descargas atmosféricas, fortes ondas de calor e queimadas são fatores que aumentam o risco da interrupção da transmissão de eletricidade. Perturbações causadas por esses eventos em linhas de transmissão podem resultar em desligamentos não programados e interromper o fornecimento de energia, causando prejuízos ao agente transmissor (Parcela Variável - PV), ao operador nacional do sistema elétrico (ONS) e a toda a cadeia de geradores e consumidores de energia elétrica, com impactos negativos na economia.

Desligamentos por descargas elétricas: São comuns, normais e esperados, não gerando em sua grande maioria prejuízos financeiros à BMTE. Desligamentos por queda de Torres em decorrência desses eventos extremos: Embora sejam mais complexos a sociedade possui planos de recomposição, assim como treinamento das equipes para o reestabelecimento rápido da linha, inclusive foram adquiridas torres de emergência para o mais rápido reestabelecimento da linha mitigando os riscos de PV ocasionada por este tipo de evento. Queimadas: O projeto da linha de transmissão já contemplou este tipo de risco pelo “alçamento das torres” dado que a nossa Licença de Operação não permite o corte raso da vegetação sob a linha.

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1 Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalente caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.2 Julgamentos, estimativas, e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos possuem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Provisão para contingências

As contingências e provisões de natureza judiciais são constantemente avaliadas e revistas de forma a analisar eventos, parâmetros, mensurar riscos e quantificar adequadamente seus valores. A complexidade da legislação Brasileira, além da volumosa judicialização processual, com consequentes decisões judiciais, enunciados, súmulas, obriga a um permanente acompanhamento de riscos e processos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

5 Principais políticas contábeis

A Sociedade aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

5.1 Caixa e equivalente de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento entre três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potencia e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo monetário, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

5.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoque de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando considerados necessários pela Administração

5.4 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estima dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídas na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso

5.5 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial.

5.6 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Não há registro de impairment.

5.7 Provisão para contingências

A companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.8 Ativo contratual

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 continuaram sendo elaboradas considerando os conceitos trazidos pelo referido Ofício-Circular.

5.10 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos contratual

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Não há registro de impairment.

5.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

5.11.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

5.11.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera liquidar seus passivos.

5.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulante

5.13 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidades com o regime contábil de competência.

5.14 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação de infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o

componente financeiro do ativo contratual determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:**
 - (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

- (iv) IAS 41/CP 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

7 Caixa e equivalentes de caixa

Bancos	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Brasil	5.587	10.989
Banco Bradesco	47.962	24.016
Caixa Econômica*	64.772.069	39.281.708
Banco Itaú	10	110
Banco Daycoval	329	-
Banco da Amazonia	-	3.769.397
Total	<u>64.825.957</u>	<u>43.086.219</u>

*A Caixa Econômica Federal é o banco centralizador dos recebíveis dos clientes e liquidante dos empréstimos.

8 Títulos e valores mobiliários

Bancos	31/12/2022	31/12/2021
Itaú	222.719	295.209
BTG	36.723.350	34.454.933
Safra	10.291.672	36.126.038
Haitong	38.538.827	36.832.957
CCB	24.653.075	7.444.293
Daycoval	32.375.147	41.695.793
Bank of China	5.802.035	5.203.370
Banco Paraná	13.951.629	11.924.488
Banco BMG	5.567.939	11.876.092
XP Inc.	9.027.731	-
Depósitos vinculados		
CEF (a)	149.545.639	137.108.180
Banco da Amazônia	4.235.079	-
Total	330.934.842	322.961.353
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	177.154.123	185.853.174
Não circulante	153.780.718	137.108.180
Total	326.699.762	322.961.353

Os títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas em média à taxa de 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), todas com possibilidade de resgate no curto prazo e sem alteração significativa de valor e os da CEF refere-se a fundo de investimentos.

- (a) Depósito vinculante referente a bloqueio da RAP referente a condicionante de contrato do BNDES de longo prazo.

9 Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo negativo IRPJ	6.010.158	3.167.646
CSLL a recuperar	3.536.440	390.812
PIS e COFINS retidos de clientes	40.761	239.871
Outros	308.152	308.152
Total	9.895.511	4.106.481

Revisão tributária nos últimos 5 anos da ECF gerou crédito de imposto de renda e contribuição social a recuperar a ser compensado em janeiro de 2023 e saldo negativo de 2022 que será compensando neste exercício.

10 Concessionárias e permissionárias

Os faturamentos mensais são efetuados conforme avisos de créditos emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 5 do mês subsequente.

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	65.551.414	69.465.404
Vencidas até 3 meses	7.480.382	151.366
Vencidas de 3 a 6 meses	<u>5.325.512</u>	<u>729.730</u>
Total	<u>78.357.308</u>	<u>70.346.501</u>

A Sociedade efetuou provisão dos valores vencidos no montante de 5.325.512 (31 de dezembro de 2021 - 729.730). Cliente excluído do AVC (Quinturare) em aberto a mais de 90 dias.

11 Ativo contratual

	31/12/2020	Receita de O&M	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2021	
Ativo de contrato	7.758.414.78	<u>2</u>	<u>71.142.503</u>	<u>927.215.946</u>	<u>(730.741.097)</u>	8.026.032.133
				<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	
			Circulante	701.867.015	740.680.261	
			Não circulante	<u>7.056.547.766</u>	<u>7.285.351.872</u>	
			Total	<u>7.758.414.781</u>	<u>8.026.032.133</u>	
	31/12/2021	Receita de O&M	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2022	
Ativo de contrato	<u>8.026.032.133</u>	<u>81.201.692</u>	<u>981.596.344</u>	<u>(793.313.082)</u>	8.295.517.087	
				<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	
			Circulante	740.680.261	781.639.880	
			Não circulante	<u>7.285.351.872</u>	<u>7.513.877.207</u>	
			Total	<u>8.026.032.133</u>	<u>8.295.517.087</u>	

12 Impostos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	375.714	-
Contribuição social	405.224	214.623
PIS	1.100.905	1.066.198
COFINS	5.109.682	4.936.882
INSS retido a recolher	132.240	152.656
ISS	145.695	162.714
Outros	89.177	32.130
Total	7.358.637	6.565.202

13 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos	31/12/2020	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos	31/12/2021
BNDES (a)	1.697.763.949	1.992.974	(94.408.993)	(123.218.854)	123.414.308	-	1.605.543.384
CEF (b)	903.166.503	-	(47.000.422)	(74.835.886)	74.930.975	-	856.261.170
(-) custos a amortizar	(41.925.499)	-	-	-	-	3.604.901	(38.320.598)
	2.559.004.953	1.992.974	(141.409.415)	(198.054.740)	198.345.283	3.604.901	2.423.483.956
						31/12/2020	31/12/2021
						332.781.874	356.759.408
						2.226.223.079	2.066.724.548
					Total	2.559.004.953	2.423.483.956
Empréstimos e financiamentos	31/12/2021	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos	31/12/2022
BNDES (a)	1.605.543.384	1.815.000	(96.034.429)	(134.103.495)	145.633.664	-	1.522.854.125
CEF (b)	856.261.170	-	(48.368.367)	(80.045.011)	86.196.483	-	814.044.276
(-) custos a amortizar	(38.320.598)	-	-	-	-	3.604.901	(34.715.698)
	2.423.483.955	1.815.000	(144.402.796)	(214.148.505)	231.830.148	3.604.901	2.302.182.702
						31/12/2021	31/12/2022
						356.759.408	362.121.119
						2.066.724.548	1.940.061.585
					Total	2.423.483.956	2.302.182.704

As características dos empréstimos e financiamentos estão detalhadas abaixo:

Taxa efetiva a.a. Periodicidade da amortização

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

Financiadores	Data da contratação	Valor Contratado	Valor Liberado	Vencimento da dívida	Indexador	Juros (%)	Principais	Encargos	Liquidez
BNDES - Sub "A"(a)	17/03/2017	1.429.986.000	1.429.986.000	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "B" (a)	17/03/2017	31.616.000	15.099.500	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "C" (a)	17/03/2017	210.673.000	201.007.615	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES - Sub "D" (a)	17/03/2017	12.725.000	6.517.290	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "A" (b)	17/03/2017	748.225.000	748.225.000	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "B" (b)	17/03/2017	16.543.000	7.900.500	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-
BNDES/Repasse - Sub "C" (b)	17/03/2017	110.232.000	105.175.084	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal	-

- (a) O contrato de empréstimo com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas).

Dentre essas cláusulas restritivas, destacam-se:

- Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 25%.
- Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,2, ao longo de todo o prazo de amortização.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Sociedade estava em conformidade com as cláusulas contratuais dos empréstimos.

14 Debêntures

Debêntures	31/12/2020	Amortização do Principal	Amortização do Juros	Juros	Custos	31/12/2021
2ª Emissão	669.309.351	(21.465.744)	(49.297.702)	118.337.962	-	716.883.868
(-) custos a amortizar	(26.872.796)	-	-	-	2.451.530	(24.421.266)
	642.436.555	(21.465.744)	(49.297.702)	118.337.962	2.451.530	692.462.601
					31/12/2020	31/12/2021
				Circulante	66.730.339	82.527.645
				Não circulante	575.706.216	609.934.956
				Total	642.436.555	692.462.601
Debêntures	31/12/2021	Amortização do Principal	Amortização do Juros	Juros	Custos	31/12/2022
2ª Emissão	716.883.868	(33.903.338)	(52.212.173)	93.594.813	-	724.363.170
(-) custos a amortizar	(24.421.266)	-	-	-	2.451.530	(21.969.737)
	692.462.601	(33.903.338)	(52.212.173)	93.594.813	2.451.530	702.393.434
					31/12/2021	31/12/2022
				Circulante	82.527.645	96.337.401
				Não circulante	609.935.956	606.056.032
				Total	692.462.601	702.393.434

Em 11 de dezembro de 2017, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da sua 2ª emissão pública. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 7,13% ao ano, acima do índice de correção IPCA.

Os pagamentos de juros e principal ocorrerão de forma semestral, iniciando-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2018 e vencendo a última prestação em 15 de dezembro de 2031.

Pelo fato das garantias do empreendimento (Penhor de Ações e Recebíveis) serem compartilhadas com os financiadores BNDES e Caixa Econômica Federal (CEF), o instrumento da 2ª emissão de debêntures também exige a manutenção dos mesmos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas) previstas nos referidos contratos de financiamentos de longo prazo do BNDES e CEF, conforme descrito na nota explicativa 13.

Os acionistas foram fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

State Grid	51,0%
Eletronorte	24,5%
Furnas	24,5%

15 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e externos a administração identificou causas cujo risco de perda provável para constituição de provisão no montante de R\$ 7.681.546 (R\$ 7.346.298 em 31 de dezembro de 2021) referente a servidões administrativas e de R\$ 717.352 (R\$ 991.599 em 31 de dezembro de 2021) referente aos processos trabalhistas da Incomisa, construtora contratada pela Sociedade, dos quais a Sociedade é responsável subsidiária.

Mutação das provisões	31/12/2021	Adições	Baixa	Reversões	Atualização	31/12/2022
Trabalhistas	991.598	29.023	(195.479)	(189.899)	82.110	717.352
Cíveis	7.346.298	114.119	(2.329.660)-		2.550.789	7.681.546
	8.337.896	143.142	(2.525.140)	(189.899)	2.632.899	8.398.898

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente apresentam os seguintes valores de risco:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Administrativo (a)	240.682.773	229.042.675
Ambiental	4.898.322	4.494.710
Minerária	13.917	
Cível (b)	14.571.119	25.530.881
Trabalhista	207.770	285.555
Tributário (c)	12.638.129	1.793.977

- (a) O processo administrativo que trata do cancelamento das TLDs da Sociedade na ANEEL permanece sem movimentação na ANEEL, aguardando emissão de Nota Técnica complementar, após apresentação das justificativas e provas documentais em defesa da BMTE.
- (b) Os processos cíveis com risco possíveis tratam, na sua maioria, de demandas fundiárias por divergência de valores de indenização e encerramento dos processos no exercício de 2022.
- (c) A variação nos processos tributários tiveram sua classificação alterada em 2022 de remota para possível.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

Os depósitos judiciais que totalizam 9.747.660 referem-se a processos fiscais de ICMS, classificados como de perda possível.

16 Partes relacionadas

2022

Ativo

	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Contas a receber	1.593.692	1.831.289	-	3.424.980
Total	1.593.692	1.831.289	-	3.424.980

Passivo

	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Dividendos a pagar	20.948.795	20.948.795	43.607.695	85.505.285
Fornecedores	-	-	-	-
Total	20.948.795	20.948.795	43.607.695	85.505.285

(+) Receitas

Receita de prestação de serviço	18.584.331	21.409.099	-	39.993.430
Total	18.584.331	21.409.099	-	39.993.430

(-) Despesas

	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Despesa de aluguel	-	-	1.121.895	1.121.895
Total	-	-	1.121.895	1.121.895

2021

Ativo

	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Contas a receber	1.556.202	1.708.527	-	3.264.729
Total	1.556.202	1.708.527	-	3.264.729

Passivo

	FURNAS	ELETRONORTE	STATE GRID	TOTAL
Dividendos a pagar	18.981.989	18.981.989	39.513.528	77.477.506
Total	18.981.989	18.981.989	39.513.528	77.477.506

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

(+) Receitas				
Receita de prestação de serviço	17.815.054	18.559.013		36.374.067
Total	17.815.054	18.559.013		36.374.067

(-) Despesas				
	FURNAS	ELETRONORTE	STATEGRID	TOTAL
Despesa de aluguel	-	-	1.167.490	1.167.490
Total	-	-	1.167.490	1.167.490

A remuneração dos administradores está abaixo relacionada:

	31/12/2022	31/12/2021
Diretoria	1.143.921	1.020.002
Conselho de administração	476.054	476.054
Conselho fiscal	206.404	190.422
Total	1.826.379	1.686.478

17 Impostos diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	715.008.205	690.065.220
IRPJ e CSLL	870.996.818	723.495.800
Total	1.586.005.022	1.413.561.020

Refere-se ao passivo fiscal diferido sobre diferença temporária do ativo de contrato relacionado à aplicação do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito era de R\$ 3.011.000.000, representado por 3.011.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1 cada.

A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	31/12/2022	31/12/2021
State Grid Brazil Holding S.A.	1.535.610.000	1.535.610.000
Furnas Centrais Elétricas S.A.	737.695.000	737.695.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte	<u>737.695.000</u>	<u>737.695.000</u>
Total	<u>3.011.000.000</u>	<u>3.011.000.000</u>

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Em adição a aprovação em Assembleia Geral Ordinária, os dividendos adicionais propostos são condicionados à prévia e expressa anuência dos credores de longo prazo, durante a vigência do financiamento de longo prazo, conforme estatuto social da Sociedade, neste sentido foi constituído somente dividendos mínimo obrigatórios no montante de 85.505.285.

19 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita financeira contratual	981.596.344	927.215.946
Receita de operação e manutenção	81.201.692	71.142.503
Tributos sobre receita	(98.136.618)	(92.531.641)
Encargos setoriais	(10.866.880)	(10.182.256)
Receita de CCI	<u>1.190.383</u>	<u>1.329.946</u>
Total	<u>954.984.920</u>	<u>896.974.497</u>

20 Custo de operação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo de construção (a)	(52.127.458)	(21.357.919)
Pessoal	(38.574.643)	(33.423.718)
Serviços de terceiros	(23.795.793)	(16.012.092)
Materiais	(6.462.885)	(4.944.415)
Arrendamentos e aluguéis	(3.077.809)	(1.899.877)
Seguros	(2.145.517)	(2.323.864)
Provisões	-	(926.737)
Tributos	(1.359.473)	(1.830.046)
Total	<u>(127.543.579)</u>	<u>(82.718.669)</u>

(a) O aumento do custo de construção se refere a baixa do estoque de almoxarifado montante de R\$ 14.868.936, além da aquisição de equipamentos utilizados na linha de transmissão, sem direito a reembolso do órgão regulador.

21 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesa de pessoal	(8.343.915)	(6.784.031)
Serviços de terceiros	(3.309.765)	(3.165.843)
Materiais	(39.321)	(301.235)
Arrendamentos e aluguéis	(759.414)	(924.426)
Seguros	(83.905)	(92.392)
Tributos	(150.795)	(134.704)
Depreciação	(1.481.624)	(805.951)
Doações (a)	256.323	(3.462.989)
Provisão	(3.264.613)	-
Outros	(854.890)	11.293
Total	<u>(18.031.919)</u>	<u>(15.660.277)</u>

(a) Reversão da provisão realizada em 2021 de baixa de doações que não foram homologadas pela prefeitura logo não ocorreu a transferência da titularidade.

22 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira		
Receita sobre aplicação financeira (a)	39.815.547	13.779.929
PIS e COFINS s/receitas financeiras	(1.953.556)	(780.263)
Outras receitas financeiras	2.196.397	2.999.910
Total	40.058.387	15.999.577
Despesa financeira		
Juros - debêntures	(93.594.813)	(118.337.962)
Juros - empréstimos	(231.830.148)	(198.345.283)
Custo dívida nacional	(6.056.431)	(6.056.431)
Outras despesas financeiras	(2.039.770)	(1.663.098)
Total	(333.521.162)	(324.402.774)
Resultado financeiro líquido	(293.462.775)	(308.403.196)

(a) Aumento da receita financeira devido a maior disponibilidade de caixa durante o segundo semestre de 2022 e aumento do CDI.

23 Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(515.946.647)	(490.192.355)
Base Negativa/Prejuízo fiscal não reconhecidos	27.740.271	16.414.985
Despesa calculada a alíquota de 34%	(165.990.168)	(161.084.306)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Indisponibilidade	-	-
Provisão de Bônus	(1.044.836)	(1.416.521)
Doações	(11.003)	(1.177.416)
Despesa não dedutível	(6.110)	
Reversão	(39.258)	
Adicional	24.000	
Provisão Letigioso	(1.177.143)	
Outros	(1.860.831)	(293.034)

Benefício SUDAM	1.794.213	4.468.486
Adições permanentes		
Despesa de IR/CS	(168.311.136)	(159.502.791)
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (corrente)	9.166.142	12.998.555
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (diferido)	146.758.254	150.972.722
Reserva SUDAM	(1.794.213)	(4.468.486)
Aliquota efetiva (corrente)	30%	33%

24 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

24.1 Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

• **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

24.2 **Gestão de risco**

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez previamente aprovadas pela diretoria e pelos acionistas.

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumento financeiro derivativos da Sociedade visa proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, especialmente no que diz respeito às flutuações das taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não manteve no encerramento em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 contratos de derivativos. A gestão desse risco tem como objetivo acompanhar, e avaliar periodicamente a exposição da Sociedade, propondo estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com outros parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica investimentos de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Sociedade a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Sociedade procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

c. Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Sociedade não honrar com seus compromissos no vencimento. Esse risco é controlado por meio de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente

monitoramento do fluxo de caixa da Sociedade, mediante projeções de curto e longo prazos, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Sociedade pode adotar, como política financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso exista.

d. Riscos de crédito

O risco de crédito é caracterizado pela possibilidade da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeira falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeira.

A sociedade adota a política de monitoramento constante de seus clientes e constitui provisão para perda de crédito esperada para os recebíveis não liquidados num período superior a 90 dias e o montante realizado no período de 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 5.325.512 (R\$ 729.730 em 31 de dezembro de 2021).

24.3 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriada para cada situação.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Instrumentos financeiros	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	64.825.957		64.825.957	43.086.219
Títulos e valores mobiliários	177.154.123		177.154.123	185.853.174
Concessionárias e permissionárias	78.357.308		78.357.308	70.346.481
Depósitos vinculados	153.780.718		153.780.718	137.108.180
Passivos financeiros				
Fornecedores	9.646.500		9.646.500	3.565.278
Empréstimos e financiamentos	2.302.182.704		2.302.182.704	2.423.483.956

Debêntures	702.393.433	702.393.433	692.462.601
------------	-------------	-------------	-------------

25 Compromissos

A Sociedade assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo saldo a pagar refere-se ao montante total de € 629.730. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Contratado	Objeto	Data
Siemens AG	Subestações conversora - HVDC	11/02/2015
Cronograma de vencimentos:		Em €
2023		<u>58.266</u>

26 Cobertura de seguros (não auditado)

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

O resumo das apólices vigentes encontra-se abaixo relacionadas:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor em Risco
Fairfax Brasil Seguros Corporativos	Riscos Operacionais	08/12/2024	861.904.306
HD Global Seguros S.A.	Responsabilidade Civil Geral	11/12/2023	10.000.000
Tokio Marine Seguradora	Compreensivo Empresarial	08/12/2023	2.800.000
Mapfre Seguros	Drones - Equipamentos	30/03/2023	162.200
Essor Seguros	RD- Equipamentos	08/12/2023	783.722
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	04/12/2023	10.494.276
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	01/03/2027	497.811

* * *

Tao Sun
 Diretor Presidente / Financeiro

José Flavio Serafim Penna
 Diretor Técnico / Meio Ambiente

Simone Cortez Gomes Novello
 Contadora
 CRC-RJ 095172/O-2